



ANÁLISE DAS CONFIGURAÇÕES DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE OSÓRIO/RS 1

Taiana Valencio da Silva²; Fabiana Gazzotti Mayboroda³; Leandro Forell⁴

RESUMO

O artigo tem como objetivo apresentar o relato de pesquisa sobre a Política de Educação Integral e Programa Mais Educação no município de Osório, compreendendo que essas políticas são constituidoras da ampliação ao acesso do esporte, apresentamos algumas considerações sobre movimentos de articulações e reflexos da apropriação da mesma. Através de um estudo qualitativo e inspiração etnográfica realizamos um mapeamento, observações e aplicação de questionários nas escolas de ensino fundamental, para saber como esta sendo configurado atualmente o atendimento de Educação Integral, analisando a partir da teoria do sociólogo Norbert Elias, as configuração de meios sociais que proporcionam esta situação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral; Programa Mais Educação; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The article aims to present the research report on the Integral Education Policy and More Education Program in the city of Osório, understanding that these policies are constituidoras enlargement sport access , we present some considerations on joints and reflex movements of homesteading same . Through a qualitative study and ethnographic inspiration we conducted a mapping , observations and questionnaires in primary schools , to learn how this is currently configured the service of Integral Education , analyzing from the theory of the sociologist Norbert Elias , the media setting social that provide this.

¹ O presente trabalho contou com apoio financeiro CNPq para sua realização.

² Pedagoga formada Pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade Litoral Norte/Osório.

³ Pedagoga pela Universidade Feevale, Especialista em Educação Integral pela FAGED/UFRGS Mestranda em Educação na Unisinos.

⁴ Doutor em Ciências do Movimento Humano Pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor Adjunto da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.



KEYWORDS : *Integral Education ; More Education Program ; Public policy.*

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo presentar el informe de investigación sobre la Política de Educación Integral y Más Programa de Educación en la ciudad de Osório , entendiendo que estas políticas son constituidoras acceso deporte ampliación , se presentan algunas consideraciones sobre las articulaciones y los movimientos reflejos de homesteading mismo . A través de un estudio cualitativo y etnográfico inspiración que llevó a cabo un mapeo , observaciones y cuestionarios en las escuelas primarias , para aprender cómo se configura actualmente al servicio de la educación integral , analizando desde la teoría del sociólogo Norbert Elias , el ajuste de los medios de comunicación social que proporciona esta .

PALABRAS CLAVE: *Educación Integral ; Más Programa de Educación ; Políticas públicas.*

INTRODUÇÃO

Partindo do princípio de que o esporte se constitui como direito social e que, entre outros objetivos, um dos maiores desafios das Políticas Públicas de Esporte e Lazer(PPEL) é a necessidade de ampliação do acesso ao esporte, construímos esta pesquisa na intercessão entre estas políticas e as de educação Integral. Particularmente, pensamos que estas políticas embora sejam geridas por repartições diferentes do Estado, acabam cumprindo em ultima escala com a ampliação do acesso ao Esporte. Logo, a aproximação das PPEL com a educação é em alguns momentos um ganho e em outros momentos um problema, se pensarmos na consolidação de investimentos setoriais específicos para a área.

Nesta lógica, esta pesquisa compreende que as políticas de educação integral são constituidoras da ampliação ao acesso do esporte, e a partir deste ponto de vista teceremos considerações sobre movimentos de articulação de políticas federais e de políticas locais, bem como os reflexos diversos que a apropriação destas políticas pode ter em uma



realidade concreta, na ponta.

A Educação Integral começa a se constituir como política pública de estado em 2001⁵, no bojo de uma concepção educacional que luta em prol de uma maior consciência cidadã, visando a uma análise de sua comunidade para que se definam metas e rumos a seguir. Historicamente, dentro de um contexto de educação higienista-eugenista, surge a perspectiva de uma prática mais ampla e democrática, proposta por educadores de cunho progressista, como Anísio Teixeira e os escolanovistas.

O primeiro modelo idealizado por Anísio, surgiu a partir da segunda metade do século XX, em Salvador, Bahia, na forma de Escolas-Classe e Escolas-Parques. A proposta residia em um sistema escolar que recebia as crianças em dois turnos. No primeiro, elas recebiam a educação das letras, ciências e matemática. Nas Escolas-Parque, em prédios com estrutura adequada as outras atividades, os alunos tinham acesso à educação social, que incluía educação física, música, educação sanitária, assistência alimentar e leitura (TEIXEIRA, 1997). Este modelo viria a ser mais tarde a ser adotado no Rio de Janeiro, nos Centros, pensados por Darcy Ribeiro ao longo das gestões do governador Leonel Brizola, tendo como objetivo oferecer um ensino de qualidade para as camadas populares.

A Educação Básica se apresenta, atualmente, como um processo articulado e sequencial, o que significa que ele deve ser interligado do início ao fim. O paradigma contemporâneo de Educação Integral visa à “ampliação das necessidades formativas do sujeito, contemplando as dimensões afetiva, ética, estética, social, cultural, política e cognitiva” (REDE DE SABERES, 2009, p. 14).

Arroyo (2012) defende que mais tempo da mesma educação formal seria penoso para os alunos. Isso vem ao encontro do que Moll (2009) propõe como ampliação da qualidade e não apenas da quantidade das atividades pedagógicas. O tempo ampliado, segundo a documentação oficial, deve ser usado para promover não apenas uma

⁵ Em 09 de janeiro de 2001, foi sancionada a Lei 10.172, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). Em conjunto com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, retoma e fomenta a Educação Integral, enquanto possibilidade de formação integral do homem.



aprendizagem focada no aspecto das disciplinas escolares, mas também para promover a formação cultural, ética, corporal e crítica das gerações futuras.

REFERENCIAL TEÓRICO - METODOLÓGICO

O conceito de configuração, que será abordado nesse artigo, foi desenvolvido pelo sociólogo alemão Norbert Elias que analisa, através de uma teoria sociológica, os processos de interação humana na sociedade. Tais processos são baseados nas atividades dos indivíduos através de suas necessidades, logo

o principal conceito é, aqui, o de *Figuration*, traduzido quer por *formação*, quer por *configuração*. Em *Was ist Soziologie?*, Elias explicita o seu significado: uma *Figuration* é uma formação social cujo tamanho pode ser muito variável (os jogadores de um jogo de cartas, a tertúlia de um café, uma turma de alunos de uma escola, uma aldeia, uma cidade, uma nação), em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões. (CHARTIER, 2002, p.100).

Já as interdependências, outro conceito elisiano, se refere a sociedade na medida em que esta se relaciona com cada indivíduo (intencionalmente ou não), sendo tarefa da sociologia configuracional a compreensão de maneiras e razões que esses indivíduos unem-se e formam grupos específicos.

As relações de interdependência intencionais podem apresentar consequências que não foram planejadas. Assim como, as relações de interdependência intencionais podem ter sido originadas de relações de interdependências não intencionais. Ou seja, quando um grupo se une por um propósito em comum, a intenção pode envolver ações de muitas pessoas e resultar em algo não planejado, podendo, inclusive, surgir outros objetivos comuns, mas que antes não estavam planejados.

Elias atribui um papel central as redes de dependências recíprocas. Sendo assim, cada ação individual depende de toda uma série de outras ações, que modificam a própria figura do jogo social. O autor apresenta o processo de relações em cadeia através de jogos.

Para compreender comportamentos e ações individuais, é preciso estudar o tipo de interdependência do indivíduo e da estrutura da sociedade ao qual está inserido. Elias em



seu campo de estudo escreve que não se pode explicar e estudar os seres humanos isoladamente.

[...] só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros. (ELIAS, 2014, p.79)

Portanto, o comportamento e as ações do indivíduo vai depender da sociedade em que ele está inserido e de sua necessidade. Entende-se, então, que, para compreender o indivíduo, primeiramente, é preciso estudar sua relação com a sociedade e com outros indivíduos.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

A Educação Integral passa a ser “agenda” em legislações, cartilhas, artigos e debates (SANTAIANA, 2015), tendo como propostas: o Ensino Fundamental em tempo integral, ampliação da jornada escolar para turno integral, atividades de turno e contra turno, entre outras propostas desenvolvidas em relação à ampliação da jornada escolar. Tem como um dos objetivos a tentativa de solucionar a universalização do ensino e minimizar repetência escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), no Artigo II, afirma que a educação tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando e a sua preparação para exercitar a cidadania, prevendo uma educação que dialogue com os diversos setores da sociedade. Já o artigo 34 da LDB dispõe jornada escolar de quatro horas podendo ser ampliada por período de permanência na escola, a critério dos sistemas de ensino.

O Plano Nacional de Educação (PNE I – 2001-2010) Lei nº 10.172, aprovado em 2001, dispõe nas Diretrizes Norteadoras da Educação Fundamental contidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental:

A oferta qualitativa deverá, em decorrência, regularizar os percursos escolares, permitindo que crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando mais



celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brasileira. A ampliação da jornada escolar para turno integral tem dado bons resultados. O atendimento em tempo integral, oportunizando orientação no cumprimento dos deveres escolares, prática de esportes, desenvolvimento de atividades artísticas e alimentação adequada, no mínimo em duas refeições, é um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem.

O turno integral e as classes de aceleração são modalidades inovadoras na tentativa de solucionar a universalização do ensino e minimizar a repetência. (BRASIL, 2001)

A proposta de turno integral, em 2001, já viabilizava melhoria da qualidade de ensino, diminuindo as desigualdades sociais, oportunizando aprendizagens e reduzindo a repetência. O Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE) aprovado em 2007, com objetivo de melhorar todas as etapas de Educação Básica no Brasil também vem ao encontro desta intenção, destacando como ações de melhoria, o Programa Mais Educação⁶, que visa fomentar a Educação Integral de crianças, adolescentes e jovens por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contra turno escolar. Sendo esse o Programa indutor de Educação Integral para as escolas brasileiras.

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, traz um avanço para a Educação Integral, tornando-se uma meta a ser atingida em todo o país: “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica”. (BRASIL, 2014). Esta meta tem como estratégia a promoção da oferta de Educação Básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas. Sendo assim, o tempo de permanência na escola passa a ser sete horas ou mais.

A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE OSÓRIO

⁶Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de Abril de 2007.



A política de Educação Integral no município de Osório tem uma proposta desde o ano de 2006, a partir do Plano Diretor municipal. Porém, somente em 2009⁷, começa a ser construída uma proposta através da iniciativa da equipe diretiva de uma escola. No município, não havia uma preocupação com a implementação de uma política de Educação Integral, o objetivo era resolver uma dificuldade de uma determinada instituição educacional.

A escola, localizada no distrito de Aguapés, à 17 km da cidade, tem uma comunidade considerada desprovida de recursos que, com a chegada da alta temporada de veraneio, famílias precisam deslocar-se para a praia para realização de trabalhos informais em restaurantes, quiosques e casas de famílias, deixando as crianças sozinhas, sem nenhum acompanhamento.

Em busca de soluções, a escola acolhe esses alunos e com seus próprios recursos, viabiliza um espaço cedido pela mantenedora. Localizado a quatro quilômetros da escola regular, o espaço recebe o nome de Núcleo de Atividades Complementares/NUAC.

Neste momento, as crianças começam a ficar o dia todo na escola e o investimento fica maior. Atenta a isto, a gestão municipal investe em alimentação e disponibiliza professores e estagiários. Com resultados positivos, outras escolas implantam o turno integral. Logo, dois prédios são revitalizados, criando, assim, mais dois NUACs. Com três núcleos no município, o Projeto começa a se expandir e a diretora da primeira instituição é convidada para assumir um cargo na Secretaria de Educação do Município com o propósito de reproduzir, em outras escolas, o que ela já havia começado em sua escola.

Com o crescimento do Projeto de Educação Integral no município, é realizado um chamamento público para contratação de profissionais para atuarem, nas áreas da educação e saúde, procurando ofertar para as crianças um bom atendimento. A partir dos resultados positivos do Projeto, é criado, em 18 de agosto de 2010 o decreto municipal nº 164/2010, que determina que as escolas desativadas sejam utilizadas como NUACs (núcleo de

⁷A nomenclatura Educação Integral passou a ser usada a partir do ano de 2009. A proposta já existia desde o ano de 2006 e provavelmente o atendimento já ocorria de outra forma e com outra nomenclatura.



atividades complementares) de escolas ativas para a implantação da Educação Integral do município.

O prefeito municipal de Osório, no uso das atribuições que lhe são conferidas e [...] Art. 2º fica estabelecido que:

Todo prédio ou espaço cedido pela comunidade ou alugado pela prefeitura, que sirvam de complementação para atividades de uma referida escola, se caracterize como NUACs para fins de implantação da educação integral desta escola, nos atuais espaços e os que futuramente forem integrados, devendo serem contados também no censo escolar. (OSÓRIO, 2010)

O discurso da Educação Integral no município passa a ficar importante em 2011/2012, tornando-se referência no Litoral Norte. Logo, outros espaços da cidade são revitalizados para a ampliação do turno integral em outras escolas. Em cinco anos, o município passa a reproduzir o Projeto de turno integral em onze escolas.

Em 2011, algumas instituições educacionais passam a ser contempladas com o Programa Mais Educação do Ministério da Educação. A verba do Programa, em 2012, proporciona a compra de recursos materiais e investimentos em recursos humanos para o funcionamento das oficinas. Simultaneamente, o município começa a investir menos com recursos próprios, consequentemente, ficando inviável a renovação dos contratos pela questão econômica. Dessa forma, o turno integral no município passa a depender do Programa Mais Educação, para ter continuidade.

A implantação do Programa Mais Educação nas escolas passa a dar um suporte maior, possibilitando a compra de materiais pedagógicos e pagamento do auxílio para os voluntários. As escolas passam a contar com novos materiais que passam a melhor equipá-las em função da adesão ao PME.

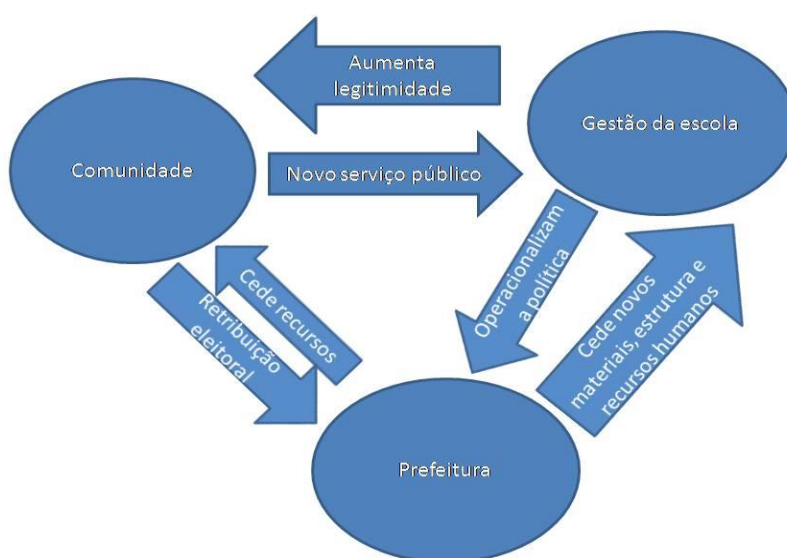
A manutenção do espaço físico, tanto das escolas quanto dos NUAC, que já era de responsabilidade da prefeitura, permanece. Já os materiais pedagógicos e tecnológicos passam a ser de responsabilidade das escolas, já que as mesmas, com a vinda do programa, passam a ter uma maior autonomia financeira, gerindo estes recursos e tomando decisões com relação a aplicação dos mesmos.

Relacionando com os conceitos elisianos, partimos do princípio que os indivíduos, passam a conceber a educação integral como algo positivo, sendo que esta pauta passa a



ser bandeira eleitoral, em várias eleições municipais. Neste sentido, há aqui uma relação de interdependência entre a demanda social e o bônus eleitoral que passa a representar. Além disso, as escolas são estimuladas a aderir ao programa tendo em vista ganhos estruturais e de compra de materiais de consumo que estão condicionados a esta adesão. Neste sentido, há uma relação de interdependência entre a prefeitura, a gestão da escola e a comunidade. A gestão municipal, com intenção de ampliar o projeto, convida a diretora da instituição para assumir um cargo, com o objetivo de implantação em outras escolas. Este fato evidencia que as escolas dependem da mantenedora para que o projeto de educação integral tenha andamento.

Figura 1: Configuração inicial do Projeto de turno integral:



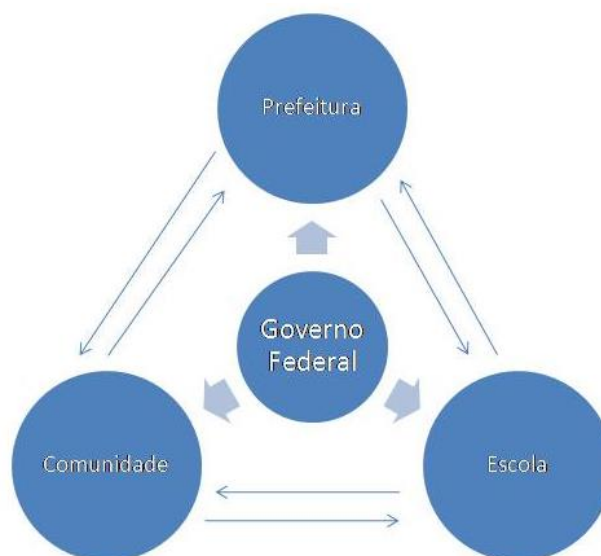
Fonte: os autores.

Com o ingresso dos recursos oriundos do PME passa-se a existir outra relação de interdependência, entre este sistema e um ente externo, no caso o Governo Federal. Há de se ressaltar que, para a adesão no PME, a política da prefeitura teve que se adequar as políticas de macrocampos, bem como de limitações de financiamento pré estabelecidas por normativas de fora do sistema, anteriormente descritos. Logo, a mudança



proporcionou uma nova configuração das relações sociais e políticas, no qual o MEC passa a interagir com os agentes anteriormente descritos a partir das normatizações:

Figura 2: Configuração após adesão do Programa Mais Educação:



Fonte: Os autores.

As escolas dependiam dos recursos da prefeitura até a chegada do programa mais educação. Este dá certa autonomia para as instituições, devido as verbas que são enviadas diretamente às escolas. Com a perda de recursos simultâneos da prefeitura, as escolas passam a sofrer as consequências, porque, com as duas verbas (municipal e federal), as escolas tinham boas condições e probabilidade de maior crescimento, podendo chegar ao atendimento de, praticamente, todos os alunos. Neste estágio do projeto de turno integral, as escolas passam a perder recursos e contar com os recursos do Programa Mais Educação apenas.

O que se constatou é que os recursos passam a atrasar e a escola passou a ter dificuldades em organizar o projeto, com os recursos do PME. Como não contam com um auxílio tão grande que, antes era ofertado pela mantenedora, dentro do possível, organizam-se de acordo com o que é oferecido.



Os recursos públicos destinados as atividades do programa, de acordo com a maioria das escolas pesquisadas é dito adequado, poucas colocam que falta recursos, e todas ressaltam a importância desse ser bem administrado, pois precisam ter uma reserva para que não falem recursos, já que nos últimos anos ocorrem atrasos no pagamento.

O auxílio do Programa Mais Educação é pago em duas parcelas ao ano, uma no início do ano letivo e outra na metade. Em 2015, as escolas receberam a verba do ano anterior, referente a segunda parcela de 2014. Este ano de 2016, aguardam a segunda parcela de 2015, sem previsão de chegada. Mantendo-se assim com recursos financeiros da escola e auxílio bem limitado da mantenedora.

Este novo contexto acarreta em descontinuidades e interrupções do atendimento. Este mesmo fenômeno pode ser observado em outros municípios: No artigo “A implementação do programa mais educação nas escolas municipais de Cachoeirinha-RS”, de Flavia Cardoso Fernandes (2013), a autora aponta que o programa está em fase de adaptação e enfrenta desafios na implementação do Programa Mais Educação nas escolas do município, tendo em vista que nem todas as escolas oferecem apoio ao professor comunitário para que desenvolva um bom trabalho com os alunos.

Mosna (2014) em sua tese, destaca em seus achados de pesquisa a amplitude do programa em termos de número de estudantes atendidos, utilização dos espaços comunitários e de educadores voluntários, a ressignificação curricular, os resultados nos índices educacionais e nos recursos financeiros.

A autora também constata que, na implementação do Programa Mais Educação o sentido da política não acompanhou o que foi proposto pelos formuladores. Boa parte das escolas pesquisadas buscou aderir ao programa devido o incentivo financeiro, apresentando um descompromisso das mantenedoras e/ou direções de escolas com adesão ou ampliação do programa, nos casos de inexistência de espaços nas proximidades da escola que possam ser utilizados regularmente e isso vir a prejudicar os estudantes que frequentam essas escolas, pois não farão movimentos para buscar alternativas.

Neste sentido, o PME que pensa ser um vetor de desenvolvimento da educação integral, passa a ser um elemento de desmobilização de recursos municipais, tendo em



vista que uma vez atendida a demanda, os recursos próprios acabaram sendo destinados para outras áreas.

Com o recuo de investimento do MEC podemos dizer que, ao aderir ao programa, o município desmontou sua estrutura anterior e, posteriormente, esta relação vem proporcionando o sucateamento e até mesmo a paralisação do atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da Educação Integral no município de Osório acontece há pouco tempo. Sendo a Educação Integral em tempo integral estabelecida como meta no Plano Nacional de Educação, tendo como objetivo atingir cinquenta por cento das escolas brasileiras até o ano de 2024. Podemos, então, considerar o município avançando, pois o atendimento ocorre em onze instituições.

A constituição do Projeto entre os anos de 2009 e 2012 proporcionou avanços educacionais apresentados através dos relatos das entrevistas, os benefícios foram para todas as comunidades beneficiadas.

Iniciado de forma assistencial, como uma forma de retirar os alunos da violência, o benefício é voltado aos pais e a comunidade local, ao acolher essas crianças a comunidade retribui a gestão municipal através do voto. A exigência de resultados da gestão atuante na época é vista como um jogo político. Sendo bandeira eleitoral do partido a Educação Integral, são cobrados resultados como redução dos números de evasão e de reprovação, para a continuação das propostas.

Quando pensamos sob o ponto de vista da ampliação do acesso a políticas de Esporte Lazer, fica muito claro que o conceito de esporte educacional, embora seja criticado pela sua demasiada amplitude, se aplica as políticas aqui debruçadas. Se pensarmos que constitucionalmente este deveria ter prioridade na relação com o esporte de rendimento, acreditamos que políticas de educação integral contribuem significativamente para o avanço da área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ARROYO, Miguel G. O direito a tempo e espaços de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.> Acesso em: 09 de abril de 2016, 19:44.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm.> Acesso em: 09 de abril de 2016, 15:07.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.> Acesso em: 09 de abril de 2016, 19:36.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº 17**, de 24 de Abril de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf> acesso em: 10 de abril de 2016. 08:47.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Edições 70: Munique, 2008.

FERNANDES, Flávia Cardoso. **A implementação do Programa Mais Educação nas escolas municipais de Cachoeirinha/RS**. Porto Alegre. UFRGS. 14 f. Especialização em Educação Integral Integrada na Escola Contemporânea da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

MOLL, Jaqueline. **Rede de Saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

MOSNA, Rosa Maria. **Avaliação da política pública “Programa Mais Educação” em**



escolas do ensino fundamental da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul: impactos na qualidade da educação e do financiamento do ensino fundamental. Porto Alegre: UFRGS, 2014. 249 f. Tese – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OSÓRIO. **Decreto nº 164, de 18 de agosto de 2010.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/o/osorio/decreto/2010/17/164/decreto-n-164-2010-determina-que-escolas-desativadas-sejam-utilizadas-como-nuacs-nucleo-de-atividades-complementares-de-escolas-ativas-para-implantacao-da-educacao-integral-do-municipio-de-osorio>> Acesso em: 09 de abril de 2016, 19:27.

SANTAIANA, Rochele da Silva. **Educação Integral no Brasil: A Emergência do Dispositivo de Intersetorialidade.** Porto Alegre, UFRGS. 2015. Tese, 188 f. Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TEIXEIRA. Anísio S. **Educação para a democracia:** introdução à administração educacional. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

Emails de contato: taiana.valencio.s@gmail.com fmayboroda@gmail.com e lforell@hotmail.com